

**A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL A NÍVEL MICRO:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS AGENTES DO CONTEXTO DA PRÁTICA**

**THE IMPLEMENTATION OF A POLICY OF STUDENT ASSISTANCE AT MICRO  
LEVEL:  
AN ANALYSIS FROM THE AGENTS OF THE CONTEXT OF PRACTICE**

Bruno Mattos da Silva<sup>1</sup>  
Leandro da Silva Fernandes<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho destina-se a pesquisadores do campo da implementação de políticas realizada na área de gestão pública universitária. Tendo como referência as pesquisas de Ball e Bowe (1992); Ball et al. (2016) e Lipsky (2019), pretende-se compreender o processo de tradução da política escrita para o contexto da prática a partir dos profissionais que atuam cotidianamente em nível local com o público alvo da política. Partindo da concepção que a implementação é um processo político, onde atuam diferentes agendas, interesses e pensamentos, e como as políticas normalmente não dizem o que fazer, analisaremos a implementação de um programa de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro, buscando desvendar as dinâmicas que ali são construídas. O estudo utilizou as técnicas de entrevistas, observação de campo e questionário de percepção com os profissionais e alunos participantes. Os resultados indicam diversidades na concepção da política de assistência estudantil; ausência de instrumentos normativos que orientem o direcionamento da política; uma demanda reprimida por políticas de esporte, cultura e lazer; satisfação e percepção positiva dos beneficiários da política; bem como a necessidade de estudos quantitativos para identificar uma possível associação entre a política implementada e seus resultados na trajetória acadêmica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Implementação de Políticas Públicas; Educação Superior; Documentos Normativos; Assistência Estudantil; Agentes Implementadores.

**ABSTRACT**

This work is aimed at researchers from the field of policy implementation conducted in the area of university public management. Having as reference the research of Ball and Bowe (1992); Ball et al. (2016) and Lipsky (2019), intends to understand the process of translating the written policy into the context of practice from the professionals who work daily at the local level with the target public of the policy. Based on the conception that implementation is a political process, where different agendas, interests and thoughts act, and how policies usually do not say what to do, we will analyze the implementation of a student assistance program in Federal University of Rio de Janeiro, seeking to uncover the dynamics that are built there. The study used the techniques of interviews, field observation and perception questionnaire with the professionals and students participating. The results indicate diversities in the conception of student assistance policy; Absence of normative instruments that guide policy targeting; A demand suppressed by sports, culture and leisure policies; Satisfaction and positive perception of the beneficiaries of the policy; As well as the need for quantitative studies to identify a possible association between the implemented policy and its results in the academic trajectory.

---

1 Coordenador de Esporte, Cultura e Lazer – UFRJ - professor de Ed. Física na Educação Básica do Município do Rio de Janeiro - Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Graduado em Bacharel e Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Especialista em Educação Física Escolar pelo CESPEB/UFRJ.

<sup>2</sup> Técnico Desportivo – UFRJ

**KEYWORDS:** Implementation of Public Policies; Higher Education; Normative Documents; Student Assistance; Implementing Agents.

## 1 Introdução

Este artigo analisa a implementação recente de uma política pública de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir dos profissionais que estão na base, ou seja, os agentes que atuam na ponta desse processo complexo e de difícil controle por parte dos descritores da política. Alguns pesquisadores, como Ball et al. (2016) e Lipsky (2019), que têm dedicado seus estudos em compreender o processo de implementação de políticas, trazem em seus achados uma perspectiva de implementação sob estratégias decisórias, na qual diversos atores agem politicamente em suas trajetórias, e não de forma técnica, como em uma sequência lógica de ações.

Os autores Stephen Ball e Richard Bowe, no início da década de noventa, apresentaram um novo ordenamento de seus estudos sobre políticas educacionais, trazendo contribuições consistentes para uma análise crítica de programas e políticas educacionais desde sua formulação, passando pela implementação e seus efeitos, que chama de ciclos.

Para Stephen J. Ball, o ciclo de políticas não tem a intenção de ser uma descrição das políticas, mas de pensar e entender como elas são feitas. O presente artigo não tem a intenção de esclarecer todos os ciclos<sup>3</sup> apontados pelo autor, mas ao discorrer sobre o programa local proposto a partir de uma política nacional, tecer articulações com os fundamentos teóricos desses autores, que orientarão as análises realizadas nessa pesquisa.

O autor utiliza o conceito de atuação ou encenação para explicar a ação prática das políticas realizadas pelas pessoas. Mainardes e Marcondes, em uma entrevista com o autor, em 2009, traduzem a sua afirmação de que as políticas não são implementadas, em um sentido literal, ou seja, quando pensamos o termo implementar, como um processo linear, em um movimento em direção à prática de maneira direta. Desta forma, o teórico nos chama a atenção quanto ao uso descuidado do verbo:

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas têm que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de

---

<sup>3</sup> A respeito do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992;1994) e seus contextos de influência, de produção do texto, da prática, dos resultados e da estratégia política ver Mainardes (2006, 2018) e Mainardes e Marcondes (2009).

se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim (MAINARDES; MARCONDES 2009, p. 305).

Para Michael Lipsky (2019), serão as ações dos servidores do governo que estão na ponta do processo de implementação da política, ou seja, aqueles que de fato lidam com o público alvo da política pensada, que constituirão os serviços entregues pelo governo. E, ainda segundo o pesquisador, esses agentes de base, a quem chama de burocratas de nível de rua, não são meros receptores e implementadores da política pensada, como uma forma determinista e rígida de se pensar, mas possuem alto grau discricionário em suas ações.

A partir da perspectiva dos autores citados, em que a concepção de implementação é um processo político, onde atuam diferentes agendas, interesses e pensamentos, o trabalho em tese tem como objetivo compreender o processo de tradução da política descrita por seus idealizadores para o contexto da prática, por meio dos profissionais que atuam a nível local, ou seja, diretamente com o público alvo da política.

Este artigo está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção analisamos as diretrizes e normativas que norteiam a política de assistência estudantil, após a ampliação do acesso às universidades públicas. Para Godoy (1995, p. 24), no processo de análise de conteúdo,

o pesquisador procurará torná-los significativos e válidos. Utilizando técnicas quantitativas e/ ou qualitativas, condensará tais resultados em busca de padrões, tendências ou relações implícitas. Esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, [...] interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido.

Na segunda seção buscamos compreender o processo de implementação de um programa de promoção da saúde, por meio do esporte e lazer, cuja oferta visa a melhoria da qualidade na trajetória acadêmica dos discentes da UFRJ. Já na última seção tratamos das observações de campo e dos dados levantados a partir das entrevistas e questionários de percepção aplicados aos agentes de base e aos alunos, alvo da política. Para Cruz Neto (2002, p. 51), “o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”.

## **2 A política descrita e a política interpretada**

A assistência ao estudante não é algo recente na pauta da educação, pesquisadores apontam para suas primeiras ações no cenário nacional as advindas em consonância com os implementos das primeiras universidades públicas, que teve a abertura da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, sob o governo Vargas, um importante mecanismo da assistência estudantil, a qual, naquela época, se concentrava em programas de alimentação e moradia, com o foco sobre os estudantes com maiores dificuldades financeiras (KOWALSKI, 2012).

A partir desse marco e com a posterior criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), no final da década de 30 e do Fórum Nacional de Pró-reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), nos anos 80, a luta para torná-la uma política pública na agenda do Estado tem suscitado intensos debates sobre o tema e até mesmo um entendimento sobre a definição de assistência estudantil e seu campo de ação. Observa-se, durante esse período até os dias atuais, uma não consensualidade no estabelecimento de um conceito único de assistência estudantil, “ao contrário, a partir das ações e discussões desenvolvidas ao longo desse percurso, diferentes concepções foram se construindo, se colocando muitas vezes em disputa” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 161).

Importante destacar aqui que, o autor compreende que o enfoque sobre o tema permite partir sob diferentes possibilidades de concepções e que os múltiplos olhares de diversas áreas de formação favorecem essa perspectiva, da mesma forma que, os conceitos implicados determinarão sua linha de atuação e a política pautada. Faz-se um recorte aqui direcionando a pesquisa para a assistência estudantil na instituição pública de ensino superior, no contexto da UFRJ.

Com o advento do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tendo como objetivo primário “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007), percebeu-se ao longo dos anos seguintes uma crescente demanda por políticas de assistência estudantil.

As políticas educacionais de ações afirmativas emergidas a partir de então, ao mesmo tempo em que inauguram um momento histórico de abertura das universidades públicas brasileiras, revelam uma incapacidade de dirimir essa dívida histórica com as camadas populares, que requerem, dessa mesma universidade, uma política pública que garanta a sua permanência em condições socioeducacionais satisfatórias.

A partir do momento em que a abertura da universidade pública se torna mais democrática e universal, absorvendo um novo perfil de estudantes, que historicamente esteve suprimido em seu acesso, políticas de retenção e conclusão de cursos tornam-se tão importantes quanto o seu acesso (SILVA; FERNANDES 2017, p 14).

As políticas universitárias sob este viés têm adentrado a agenda nacional, e em 2010 é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com a finalidade específica de “[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. (BRASIL, 2010). O Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 cita os objetivos que nortearão as políticas, a saber: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O documento em tela eleva a assistência estudantil à condição de política pública e garante a restrição de sua implementação às Instituições Federais de Ensino Superior/IFES (NASCIMENTO, 2014), ainda define que as políticas propostas pelas universidades deverão ser direcionadas às áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

De acordo com o Decreto 7.234/10, em seu § 2º do Art. 3º, “cabará à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados”, permitindo assim, que o PNAES seja gerido na forma descentralizada pelas instituições citadas. Entretanto, e de igual importância, estas mesmas instituições deverão investir no desenvolvimento de ferramentas destinada à melhoria dos processos de gestão, acompanhamento e avaliação das ações do programa.

Ainda sobre o Decreto 7.234/10, em seu Art. 5º, sobre o público alvo, descreve que, serão atendidos no âmbito do PNAES “prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”. O que traz a possibilidade de o programa abranger todos os graduandos, com prioridade para os mais vulneráveis. Contudo, ao realizar uma leitura da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, realizada no ano de 2018 (ANDIFES, 2019), consta-se que pouco mais de 70% dos estudantes matriculados em graduação nas universidades federais possuem perfil PNAES e que aproximadamente 2/3 deste número não

recebe nenhum tipo de assistência estudantil do programa. Logo, nos questionamos, com os implementos das políticas de acesso às universidades públicas brasileiras, desde o início desse século, temos garantido uma política de assistência/permanência para esse novo perfil de estudante, alinhada às ações propostas nas áreas previstas no documento PNAES?

A UFRJ, uma das maiores universidades da América Latina, até então, pautava suas ações de assistência estudantil por meio de uma Resolução CEG nº 1/2008, cuja intenção era desenvolver mecanismos que promovessem condições socioeconômicas, de maneira a viabilizar a permanência dos alunos de baixa renda na universidade (UFRJ, 2008). Percebe-se que as agendas dimensionavam o tema na perspectiva exclusiva dos auxílios financeiros.

Em julho de 2011 é criada a Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst), por meio de aprovação do Conselho Universitário da UFRJ, cuja intenção previa ampliar a “política de atendimento e assistência aos discentes da UFRJ, visando à disponibilização de condições adequadas para acesso, permanência, condições adequadas para o bem-viver na universidade, bom aproveitamento, aprendizado e excelência acadêmica” (SUPEREST, 2014).

Essa ampliação da política fez com que estruturas<sup>4</sup> específicas fossem organizadas na composição desta superintendência, ainda vinculada ao gabinete do Reitor, entre elas a Divisão de Esporte, Cultura e Lazer (Decult), que trataremos mais adiante. Em 2018, após um longo período de debates com o movimento estudantil organizado, é criada a Pró-reitoria de Políticas Estudantis (PR7), uma demanda antiga do corpo discente e um dos principais planos de campanha na gestão do então reitor. Esta nasce com a missão de consolidar e ampliar ações na assistência estudantil (UFRJ, 2018).

A UFRJ, já no ano seguinte à criação da PR7, tem aprovada a Resolução nº 02/2019 pelo seu Conselho Universitário, que regulamenta a nova Política de Assistência Estudantil Institucional, considerando que ela compreende:

O conjunto dos benefícios concedidos pela Pró-reitoria de Políticas Estudantis, sendo composta por programas, serviços e auxílios financeiros sob gestão desta Pró-reitoria, direcionados para a permanência e conclusão de curso na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (UFRJ, 2019a, Art. 6º).

---

<sup>4</sup> Divisão de saúde do Estudante (DISAE); Divisão de Apoio ao Estudante (DAE); Divisão de Residências Estudantis (DIREST); Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC); Divisão de Esporte, Cultura e Lazer (DECULT). Vale destacar que em 2018 a Dinaac é extinta e passa a fazer parte de uma assessoria ao gabinete do Pró-reitor, de inclusão e acessibilidade, ao mesmo tempo que é criada a Divisão de Apoio ao Estudante (DIPED).

Percebe-se no contexto da produção do texto, que orientará a política a nível local, uma compreensão mais ampla de assistência estudantil, indicando uma possibilidade de ação que não se esgota no auxílio financeiro, mas projeta uma política integrada para um aluno integral, ou seja, nas suas multidimensões que o abrange. Bernado e Silva (2020, p. 5), ao pesquisarem sobre a implementação do Programa Mais Educação, do governo federal, fazem uma análise de que a implementação de uma política se inicia muito antes de sua chegada à nível local, onde estão os seus usuários. “Antes de se materializar ela é produzida textualmente, após passar por intensos debates, que envolvem negociações de interesse, disputas pela formulação e definição de conceitos, objetivos e finalidades sociais”.

É nesse contexto que tomaremos, para efeito desta pesquisa, um dos dez programas<sup>5</sup> que compõe o documento norteador da nova Política de Assistência Estudantil na UFRJ, o Programa Esporte e Lazer (PEL). Criado e desenvolvido pela Decult/PR7, que entre suas principais ações destacam-se o Edital de eventos dos estudantes, que tem por premissa o incentivo e apoio à realização anual de eventos de caráter técnico-científico, esportivo, artístico ou cultural, propostos pelos graduandos; o Encontro de Artes Integradas (ENAI), que acontece semestralmente e tem por objetivo captar, integrar e promover apresentações artísticas desenvolvidas pelo alunado na própria universidade; Trajetos Culturais (ProCult), que ocorre em cada semestre letivo, cuja proposta se concentra em divulgar e democratizar o acesso dos estudantes da UFRJ aos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e, prioritariamente os da UFRJ; e o Programa Esporte e Lazer (PEL), foco de análise deste estudo, o qual detalharemos a seguir.

### **3 A implementação de uma política - tradução e atuação dos agentes no PEL**

Tendo em vista entender como as políticas se tornam vivas no espaço educacional, este trabalho assume que é neste cenário em que os atores, envolvidos na ponta do processo de implementação, irão atuar interpretando a política escrita e traduzindo-a na prática. Os conceitos de interpretação e tradução são compreendidos por Ball, Maguire e Braun (2016) como elementos relevantes na atuação dos sujeitos. Os autores entendem que, ao fazerem a leitura das diretrizes da política e estabelecerem estratégias para suas ações, os agentes públicos não dissociam suas percepções, crenças e saberes, o que os fará atuar sobre a política

---

<sup>5</sup> O Art. 7º da resolução Nº 02/2019 discorre os dez programas que compõem a sua política - Programa de Acolhimento em Saúde; Alimentação; Apoio a Estudantes Mães e Pais; Apoio Pedagógico; Combate a Opressão e Violência; Esporte e Lazer; Incentivo à Cultura; Memória Estudantil; Transporte; Atendimento a situações Emergenciais.

(tradução) a partir de seus conceitos interpretativos dos textos oficiais, particularizando desta forma os contextos de atuação da política. Posto isto, pretende-se compreender neste artigo o processo de tradução da política escrita para o contexto da prática a partir dos profissionais que atuam cotidianamente em nível local com o público alvo da política.

O PEL nasce no segundo semestre do ano de 2016, naquele momento, ainda sob o nome Programa Esporte Participação, configurando um dos primeiros passos da Decult no sentido de alinhar as suas especificidades com as diretrizes elencadas no Decreto PNAES. Desde então, o programa passou por momentos de reconhecimento por parte do público alvo e de aperfeiçoamento por seus gestores durante sua implementação, que reverberaram na sua expansão para outros espaços da UFRJ, na ampliação de suas atividades, bem como na mudança do seu próprio nome (SILVA; FERNANDES, 2017).

A partir do primeiro semestre de 2018, com a mudança no nome para Programa Esporte e Lazer, que suas ações são ampliadas, entendendo a abrangência do termo lazer como “cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida), no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude” (MARCELLINO, 2004, p. 31). O programa que anteriormente oferecia apenas esportes tradicionais, como futsal, basquete, volei, tênis, handebol e natação, passa, desde então, a absorver outras possibilidades de práticas corporais e artísticas em seus editais, tais como a música, teatro, pilates, yoga, lutas, danças, ginástica artística e outros.

Para Silva e Fernandes (2017), o caráter competitivo dos esportes tradicionais e sua instrumentalização na formação curricular da educação física ainda é muito forte, refletindo assim nas dinâmicas de aula. Pensando em desvincular os esportes representativos, característicos de competições promovidas pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) e das Atléticas dos cursos acadêmicos, o qual tem por objetivo proporcionar aos estudantes, de maneira seletiva e performista, a prática esportiva em diversas modalidades, campeonatos a nível local, regional e nacional, o PEL é implementado, compreendendo a necessidade de ampliação das oportunidades, haja vista a condição técnica ser um fator de exclusão e limitação ao seu acesso.

Partindo da concepção que a implementação é um processo político e dinâmico, onde atuam diferentes agendas, interesses e pensamentos, percebe-se que é neste mesmo período que é criada a PR7 e no qual a política está sendo reconfigurada. Esse movimento de reorientação caracteriza a política como uma noção de ciclo contínuo, em que as agendas de



interesses disputam e negociam os rumos da política, configurando certo grau de imprevisibilidade (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

Na mesma direção, Lipsky (2019) aponta para o fato dos sujeitos implementadores da política, a quem chama de burocratas de nível de rua, exercerem certa discricionariedade ao interagir com o público-alvo da política. Para o autor, os agentes de base atuam a partir de perspectivas diferentes e, desta forma, suas decisões poderão insurgir em trajetórias diversificadas em nível local. Tal fato se potencializa à medida que a instituição governamental tende a favorecer a autonomia de suas ações. Segundo o autor, a possibilidade de tensões e alinhamentos nas interações entre os sujeitos na implementação da política poderão promover novas intenções e cursos desta política.

O público alvo do PEL são estudantes da graduação presencial e da modalidade a distância, além de abarcar alunos da pós-graduação. No processo seletivo há prioridades<sup>6</sup> para aqueles ingressantes por ações afirmativas e aqueles que são atendidos pela vaga na residência estudantil e/ou por auxílios financeiros da Pró-reitoria de Políticas Estudantis; aqueles que apresentam indicação por motivo de saúde; os ingressantes na modalidade Pcd<sup>7</sup> e aqueles que participaram da edição anterior, cujo principal objetivo se fundamenta na prospecção de uma evolução positiva na trajetória acadêmica e, conseqüentemente, da qualidade de vida do estudante, no sentido de torná-la mais amena em relação aos aspectos que concorrem para a retenção e evasão no ensino superior (DECULT/PR7, 2020).

A tabela abaixo revela um panorama do programa, em termos estatísticos, dos últimos dois anos em relação à quantidade de alunos inscritos, ao número de vagas ofertadas e o total desses alunos que de fato foram contemplados no decorrer do processo. Além do número de modalidades e turmas oferecidas em cada semestre.

**Tabela 1 - Programa Esporte e Lazer**

PEL	2017/2	2018/1	2018/2	2019/1	2019/2
Turmas	9	15	28	42	50

---

<sup>6</sup> As prioridades são preservadas na conformação das turmas de cada modalidade, com proporções fixadas em 60% prioridades e 40% ampla concorrência. (Edital N° 511 PEL - 2019.2) <[http://politicasestudantis.ufrj.br/images/PEL/2019.2/Edital\\_PEL\\_2019.2.pdf](http://politicasestudantis.ufrj.br/images/PEL/2019.2/Edital_PEL_2019.2.pdf)>

<sup>7</sup> Pessoa com deficiência (LEI N° 13.409, de 28 de dezembro de 2016).

Modalidades	7	12	15	21	27
Inscritos	412	445	1330	2.652	2.001
Vagas	160	300	777	1.010	1.250
Contemplados	244	389	864	1.380	1.801

Fonte: Decult/PR7, 2020.

Percebe-se um crescimento exponencial de todos os indicadores listados, o que se deve, principalmente, por que ao final do ano de 2018 houve uma ampliação geográfica de sua ação, alcançando outros *campi* da instituição, como por exemplo, Praia Vermelha e Duque de Caxias, e em 2019, Macaé. Tal impulso do PEL é compreendido pela gestão como um reconhecimento positivo, por parte da comunidade acadêmica, do programa na política de assistência/permanência estudantil da UFRJ, e pela demanda de atendimento a todo o seu corpo discente (PR7/UFRJ, 2019).

O Programa Esporte e Lazer é realizado semestralmente e acompanha o calendário acadêmico da UFRJ. As atividades são realizadas nos espaços da própria universidade, sejam eles abertos ou fechados. Em geral, ocorrem em salas de aula ou auditórios que o próprio centro ou unidade dispõe com capacidade para 20 a 30 estudantes. Em algumas atividades esportivas se faz necessário a utilização de equipamentos específicos, como quadras ou ginásios. As atividades têm duração de 60 a 120 minutos (de acordo com suas especificidades) e acontecem uma ou duas vezes por semana. Os estudantes realizam suas inscrições em apenas uma atividade por semestre, podendo participar em outra quando da existência de vagas disponíveis nas diversas turmas e, paralelamente, haver horário disponível no seu quadro de disciplinas. O que aparenta uma compreensão da política já inserida na organização do tempo desses alunos na sua rotina, não somente acadêmica, mas de vida. Entretanto, há que se pesquisar se a presente política, como uma via de mão dupla, é da mesma forma compreendida e valorizada pelos diversos centros e unidades acadêmicas como um momento emancipatório na trajetória acadêmica de seus formandos.

#### 4 A percepção dos agentes e do público alvo da política

Nesta seção discorre-se o campo de pesquisa a partir das entrevistas com os Coordenadores do PEL e dos questionários de percepção com os Monitores do programa e com os alunos participantes. Até o ano de 2019 o PEL contava com quatro coordenadores com formação em Educação Física, cuja principal função assenta-se no plano de ação, preparação da equipe, acompanhamento orientado aos formandos e avaliação dos programas. Já os monitores encontram-se divididos entre os bolsistas Palaes<sup>8</sup>, os estagiários<sup>9</sup> e os proponentes de oficinas, advindos de chamada pública<sup>10</sup>. Entre suas principais funções se destaca a organização e desenvolvimento das atividades (PR7/UFRJ, 2019).

O estudo utilizou as técnicas de entrevistas e questionário de percepção com os implementadores da política e alunos participantes. O referencial metodológico utilizado nesta pesquisa foi o da abordagem qualitativa de investigação, por entender que este constructo necessita de uma reflexão crítica sobre o processo de implementação do Programa Esporte Lazer. Patton (1986 apud ALVES, 1991) considera uma variedade de denominações e estratégias que caracterizam a pesquisa qualitativa em sua hermenêutica. Segundo Alves (1991, p. 54), “Esta abordagem parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado”. Para a autora, o método qualitativo está preocupado com o processo e tem a figura do pesquisador como principal instrumento de investigação e sua necessidade de contato direto e prolongado com o campo de pesquisa. Nesta abordagem, entendemos que o foco da pesquisa somente poderá ser interpretado a partir de uma concepção abrangente, na qual o investigador também participa da realidade, imergindo em seu contexto de estudo, em sua construção social a partir da interação e compreensão do fenômeno estudado (ALVES, 1991).

---

<sup>8</sup> Programa de Ações Laterais em Assistência Estudantil - EDITAL N° 406/2018, entre os objetivos citados, lista-se o apoio às ações de políticas em assistência estudantil executadas pelas divisões que integram da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ. O processo seletivo contemplava 10 bolsas para Esporte e Lazer. Disponível em <<http://politicasesstudantis.ufrj.br/index.php/405-edital-n-406-2018-palaes>>

<sup>9</sup> Edital de seleção para estágio curricular - EDITAL N° 331/19, que previa até 8 vagas para estudantes de bacharelado em educação física cumprirem o estágio obrigatório dentro do espaço universitário, por meio do PEL. Disponível em <<http://politicasesstudantis.ufrj.br/index.php/547-selecao-para-estagio-na-decult>>

<sup>10</sup> Edital de Chamada Pública - EDITAL N° 425/2019, para seleção de proponentes de atividades esportivas, artísticas e culturais que possam ser incluídas no Programa Esporte e Lazer (PEL). Para esta abordagem dentro do programa, a equipe teve o reforço de uma produtora cultural, uma assistente social e uma técnica em assuntos educacionais, todas do quadro de servidores da Decult. <<http://politicasesstudantis.ufrj.br/index.php/556-edital-aberto-para-selecao-de-atividades-do-pel-e-enai>>

Para uma melhor organização e mapeamento das ações, foram criados alguns eixos que permeiam as quatro dimensões contextuais<sup>11</sup> orientadas por Ball; Maguire; Braun (2016), não como um modelo, segundo o próprio autor ressalva, mas para incentivo à investigação da política em cena. São essas: a implementação do PEL; a escolha das modalidades e monitores; a participação dos alunos; a infraestrutura e a importância do programa na assistência/permanência estudantil.

Ao ser abordado sobre a implementação do Programa, o coordenador 1 falou sobre os desafios, destacando que:

o maior desafio aqui é negociar a cada início de semestre com os departamentos de unidades, ao mesmo tempo que levamos a proposta para outros grandes centros, buscando ampliar a política. Porque, o que acontece, (...) a Decult não tem uma estrutura física nos *campi* da UFRJ e a luta por espaços na universidade é sempre algo desgastante para a equipe, mas temos conseguido fazer uma boa articulação dentro do possível.

As percepções dos implementadores do programa revelam uma realidade bastante diferente do que idealizam os documentos analisados. Desta forma, pode-se afirmar que o contexto das diretrizes oficiais nem sempre dialogam com as políticas do contexto da prática. Alguns percalços surgem durante a implementação da política e como normalmente os textos oficiais são pensados a partir de um modelo ideal, parece guardar alguma contradição, principalmente quando os fatores políticos implícitos geram arenas de disputas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

Outro tópico em que ocorreu aproximação das respostas foi com relação à infraestrutura do programa e seus recursos materiais. O coordenador 4 indica que a questão dos recursos é fundamental para viabilidade do programa e garantias da sua ampliação e acesso a todos os alunos.

[Como é a questão da infraestrutura e os recursos para a continuidade do PEL?] Isso é um fator delicado, porque como não gerenciamos os espaços, ficamos na dependência do que sobra das atividades acadêmicas nos cursos e dos projetos locais dos departamentos, que têm prioridades nas escolhas dos dias e horários. Além disso, tem a questão da adaptação de espaços, como por exemplo, uma sala de aula ou até mesmo um corredor que se transforma em um espaço para yoga, pilates... e por aí vai, né. Mas, frequentemente, temos que intervir e contornar situações como o barulho que incomoda, é um ponto de luz que falta, a questão da higiene, às vezes temos que nos deslocar para outro espaço em cima da hora, transportar materiais, isso tudo atrapalha um pouco a qualidade das atividades. [E os recursos?] Sim, na realidade não temos nenhuma garantia de recursos ou rubrica específica para a

---

<sup>11</sup> Contextos situados (localidade, histórias escolares e matrículas); culturas profissionais (valores, compromissos e experiências dos professores e 'gestão política' nas escolas); contextos materiais (funcionários, orçamento, edifícios, tecnologia e infraestrutura); contextos externos (grau e qualidade de apoio das autoridades locais; pressões e expectativas de contexto político mais amplo [...] posições na tabela de classificação, requisitos legais e responsabilidades) (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 38).

execução do programa, estamos buscando o reconhecimento institucional, da importância dele pra uma melhor qualidade de vida e promotor de uma trajetória acadêmica mais amena, (...) é que temos uma rotina bastante tensa no ambiente acadêmico (...), acreditamos muito nesse programa como um fator preponderante na assistência estudantil, conjuntamente com os outros benefícios da política.

Retomando os dados levantados na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, em relação à prática de atividade física, quase 40% dos entrevistados declarou não fazer qualquer tipo de atividade física. Nota-se que na IV Pesquisa, o mesmo perfil eram cerca de 29%, o que faz soar o alerta do sedentarismo no meio universitário, fator este já reconhecido no meio científico como propulsor de doenças degenerativas do organismo. Outro importante achado, foi que pouco mais de ¼ indicaram que sua instituição não oferecia condições suficientes para a prática de atividade física, o que vem corroborar com a fala do coordenador 4 e a ausência de políticas consolidadas nas IFES que oportunize o acesso aos inúmeros benefícios físicos e mentais das práticas corporais e do lazer.

Ao perguntar sobre a participação dos alunos, o Coordenador 1 foi além da questão dos procedimentos para acesso ao programa e revelou um detalhe importante da política que o surpreendeu.

O programa é gratuito (...), o fato de estarmos proporcionando momentos de trocas e um espaço de vivência, em via de mão dupla, fez com que uns três ou quatro monitores, que normalmente estão em fase final de conclusão de curso, mudasse seu objeto de estudo, se interessando pela assistência estudantil, quando teve a oportunidade de repensar a sua prática e do retorno positivo que os seus pares, na posição de aluno também, trocavam com eles. Essa integração é um momento riquíssimo. Eles percebiam que estavam fazendo a diferença na vida de outros, muito dos quais se motivaram a vir pra UFRJ e não abandonar seus estudos (...) [E todos os alunos podem acessar o programa?] Não conseguimos ainda contemplar a todos por causa da dificuldade de espaços, materiais e força de trabalho para estarmos em todos os espaços supervisionando. Estamos em processo de aperfeiçoamento da convocação da lista de espera, por meio de um sistema que prevê acelerar a entrada dos alunos inscritos.

Nota-se que a trajetória que a implementação vai direcionando, revela uma complexidade de fatores transversais que podem divergir dos ordenamentos oficiais da política e até tomar um universo heterogêneo se compararmos às diferentes realidades regionais do país, onde contextos como, características locais, diálogo e envolvimento setoriais, além das garantias financeiras para sua aplicabilidade, podem culminar com diversas políticas desconexas e descompromissadas com a comunidade acadêmica e seu plano de ação.

Os burocratas de nível de rua podem aparentar ter interesses diferentes dos interesses dos outros atores nas organizações em que trabalham. Além disso, algumas características do seu papel os possibilitam manifestar essas diferenças. As

diferenças de interesses, e a possibilidade de trazê-los à tona permite analisar a posição estrutural dos burocratas de nível de rua a partir da perspectiva de um conflito (LIPSKY, 2019, p. 64).

Quanto a questão da escolha das modalidades e monitores, o Coordenador 3 apresenta em sua fala que há uma correlação e que um interfere na escolha do outro, entretanto retoma a questão da gestão de espaços como fundamental para consolidação de modalidades que são mais demandadas pelos discentes.

Ao final de cada semestre avaliamos a adesão dos alunos em cada atividade e fazemos uma associação da procura no período de inscrição com a taxa de desistência, e aí, no planejamento inicial, temos que correr todos os espaços para termos a garantia que poderemos continuar oferecendo aquela atividade, logo depois, tem outro desafio, que é conciliar os dias e horários disponibilizados pelos gestores dos espaços com as possibilidades do monitor, para não atrapalhar sua vida acadêmica (...), ou seja, temos que articular essas três variáveis. A cada início de semestre temos que, literalmente, gerar um filho. É um desgaste que poderíamos canalizar forças para outras frentes (...). [Quais são as modalidades mais procuradas pelos alunos?] Normalmente as que têm mais procura são: natação, as modalidades de quadra, tênis, ginástica artística, as lutas um pouco também, mas principalmente yoga, danças/ritmos, funcional e pilates. E, temos também o teatro, a literatura, o desenho, artes circenses, dentre outras.

Finalmente, ao indagar sobre a importância e efetividade do PEL para o fortalecimento da política de assistência estudantil, o coordenador 4 demarca sua posição ao compreender a assistência estudantil como um fator que deve abranger o aluno em suas múltiplas necessidades, contemplando-o plenamente em todas as áreas que prevê o Decreto PNAES, de maneira que a política passe a ser conduzida para além da bolsificação.

Entendo que as atividades físicas e culturais, assim como o lazer favorece uma condição saudável e de qualidade de vida, a equipe pensou em buscar amenizar distorções sociais historicamente consolidadas, como o acesso a esses bens, e buscamos criar um programa que não tivesse o viés competitivo, para alcançar um número maior de estudantes. Ainda mais, quando identificamos que cerca de 80 ou 82% dos cursos presenciais são em período integral, o que dificulta ainda mais o acesso desses estudantes a espaços positivos, no sentido prazeroso que ele proporciona. [E vocês tem algum resultado positivo apresentado pelos alunos?] Os resultados apontam uma projeção positiva enquanto a integração dos alunos, que são de diferentes cursos, o acolhimento e o cuidado são muito importantes em um campus enorme como o Fundão. Também percebemos uma visível melhora na motivação, na saúde física e mental, que são fatores que impactam diretamente no rendimento acadêmico.

Como se pode verificar nas falas, a implementação do PEL, na prática, vai acontecendo de modo improvisado e recontextualizado, de acordo com a realidade de cada campi e centro/unidade, inclusive fazendo com que os seus coordenadores promovam alterações constantes quanto ao edital do programa, na tentativa de ampliar o acesso a uma demanda que se revela aumentar em cada período de inscrição de alunos. Ou seja, as políticas

são postas em ação por meio de adaptações, ao serem interpretadas e traduzidas pelos sujeitos de atuação, segundo Ball e seus colaboradores (2016), e isto se torna possível pelo poder discricionário, segundo Lipsky (2019), daqueles que estão na ponta do processo e reconfiguram a política à realidade local.

#### **4 As percepções dos monitores e alunos participantes: um contraponto importante**

No final de cada semestre é realizada uma avaliação diagnóstica e de satisfação dos participantes, como também com os monitores, aqueles que, de fato, estão na ponta do processo e desenvolvem as atividades pretendidas nos ordenamentos oficiais do Programa e implementadas por seus coordenadores em nível local, com a finalidade de nortear o aperfeiçoamento do programa em questão.

Na edição do PEL 2019.2, a equipe de monitores apresentava a seguinte composição: dos 17 integrantes, 9 estavam cursando bacharelado em educação física, 2 cursando licenciatura em educação física, 2 cursando enfermagem e obstetrícia, 1 cursando engenharia nuclear, 1 cursando licenciatura em educação artística e artes plásticas, 1 cursando bacharelado em música e 1 cursando bacharelado em letras (português/literatura). Destes, 6 cumpriam estágio curricular para bacharel em educação física e apenas 4 desenvolviam sua primeira experiência prática na sua referida área de atuação (PR7/UFRJ, 2019).

Perguntados sobre o impacto positivo do PEL na trajetória estudantil, por meio das práticas culturais, artísticas e corporais, no viés do lazer, 90,5% afirmaram compreender uma possível contribuição para qualificar o índice de permanência e combater à evasão acadêmica e 9,5% entende que essa relação talvez aconteça. Sobre suas percepções quanto ao que mais se destaca nas aulas em relação aos objetivos da assistência estudantil, 90,9% dos respondentes citaram a integração social, 86,4% apontaram a promoção da saúde física/mental e 68,2% indicaram o fator inclusão e a possibilidade de escuta, dar voz às inquietações de seus pares.

Ao avaliarem questões de infraestrutura, 38,1% dos monitores disseram que instalações, materiais e equipamentos para o desenvolvimento de sua prática, ofertada no programa, contemplavam suas propostas, 28,6% destes relataram que os materiais e equipamentos eram adequados, mas que a estrutura física era insatisfatória, e 23,8% indicaram falta de estrutura e de equipamentos adequados para o desenvolvimento das práticas do PEL.

Ao serem questionados sobre a vivência que o programa proporciona em sua experiência de vida e como campo de atuação para sua formação profissional, 100% relataram recomendar o PEL para outro estudante de sua área, como um espaço diferenciado na sua formação prática profissional. E sobre críticas ou sugestões para a melhoria do programa, sugeriram a maior oferta de bolsas na atuação dos monitores, a otimização da logística relacionadas aos espaços e deslocamento de materiais, e a ampliação das atividades para os horários noturno.

A partir de agora, iremos detalhar a percepção dos alunos que participaram do PEL na edição 2019.2 e revelar algumas hipóteses para a efetividade do programa, a partir desses achados. Todos os alunos inscritos no programa, independentemente de sua participação ou não, receberam um formulário de avaliação do programa no mês de novembro do corrente ano, por meio de um link nos grupos de *WhatsApp* de cada turma e por *e-mail*, indicado em seu cadastro de inscrição. A resposta era voluntária e não identificatória, desta forma obtivemos um retorno de  $\frac{1}{5}$  do total de inscritos.

Entre os estudantes respondentes, 73% são do sexo feminino, esse número superior se apresenta em proporções parecidas quando feito o recorte por modalidades. Em relação à faixa etária, 63% destes encontram-se dentro da idade média da universidade, entre 18 e 24 anos. Porém, chama a atenção o aumento gradativo dos alunos acima de 31 anos, que foram 5% dos respondentes para essa avaliação de percepção, e 60% do público que respondeu a pesquisa ingressou na UFRJ por ação afirmativa. Do total, 92% encontram-se com matrícula ativa na graduação presencial, 6% na pós-graduação *stricto-sensu* e 1% na *latu-sensu*, além de 1% na graduação EAD.

Entre os 11% dos respondentes que relataram não participar do programa, estes relataram como motivo a falha na comunicação da chamada e o horário conflitante, como principal fator para a não participação/desistência. Já em relação aos 89% dos que relataram participar do programa, cerca de 20% tiveram que abandonar o PEL, relatando como principal motivo, as demandas acadêmicas e oportunidades de trabalho ou estágio.

Cerca de 93% afirmam que as aulas contemplaram suas expectativas, porém quase 14% citaram a necessidade de oferta no horário noturno. Mais de 85% relataram que o PEL trouxe benefícios para sua qualidade de vida e um pouco mais de 12% não souberam opinar. Entre os fatores mais citados para justificar os benefícios, estão a melhora na resistência física e mental, a oportunidade de acesso a uma prática orientada, a socialização e a melhoria no desempenho acadêmico. Para 94%, o PEL influenciou positivamente o rendimento acadêmico



e 88% compreende o programa como uma ação importante na política de permanência estudantil.

Figura 1 e 2 – aula de yoga e de corrida/caminhada



Foto: Divulgação Decult/PR7

Outros números a serem considerados na percepção dos alunos, registram que 72% estão satisfeitos com as instalações para suas práticas na modalidade, 21% a consideram regular e cerca de 7% de ruim a péssima; 95,5% consideram que o PEL tem contribuído para uma formação integral na sua trajetória acadêmica; para 81% o PEL tem contribuído para sua ambientação na universidade; e entre os relatos, críticas e sugestões, finalizo a seção com este auto relato da aluna X. “Obrigada, apenas. Minha permanência na UFRJ se tornou mais graciosa por conta do PEL. Eu, que saí de casa, lá de Salvador, Bahia, abrindo mão de tanta coisa, para vir estudar na UFRJ em 2015, me senti acarinhada pela universidade. Obrigada!”

E ainda outro,

Primeiro semestre deste ano fiz yoga com o professor W. As aulas mudaram minha vida para melhor de uma forma inesquecível. Paciente, competente, extremamente dedicado, contava os dias para as práticas. Aprendi a respirar melhor e a respeitar meu corpo. No segundo semestre deste ano, o horário do yoga não coube mais na minha rotina. Optei, portanto, pelos encontros de literatura. A professora J. prosseguiu com a paciência, dedicação e competência que encontrei em W. (professor de yoga). Nas aulas de literatura, sentia minha sensibilidade aflorar e era como um respiro, um momento de alívio numa semana atarefada, foi igualmente importante. Pretendo participar do PEL ano que vem também. Encaro esse programa como um momento de troca de experiências entre tantos cursos da UFRJ e como um espaço de cuidado e zelo dos estudantes uns com os outros (aluna Y).

## 5 Algumas considerações finais

Partindo da perspectiva que a implementação de políticas públicas não é um processo tão simples como parece ser no contexto da produção do texto, quando a materialidade das

ações ainda não estão representadas, ou seja, o processo de traduzir a política escrita em prática envolve uma complexidade de fatores, os quais possibilita o poder discricionário do agente na ponta do processo, aquele que lida diretamente com as especificidades locais e com o público beneficiário da política, de forma que, em sua autonomia decisória, conduz a implementação por direcionamentos, em que muitas das vezes as normativas não dão conta de explicar e, por conseguinte, torne imprevisíveis os resultados esperados da política pensada.

Os resultados da pesquisa de implementação de um programa de esporte e lazer na política de assistência estudantil da UFRJ, indicam diversidades na concepção da política de assistência estudantil; ausência de instrumentos normativos que orientem o direcionamento da política; uma demanda reprimida por políticas de esporte, cultura e lazer; satisfação e percepção positiva dos beneficiários da política; bem como a necessidade de estudos quantitativos para avaliar seus resultados e verificar uma possível associação entre a política implementada e a efetividade na trajetória acadêmica, como prediz o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Programas como o PEL, que vai muito além de uma válvula de escape, e apresenta um potencial para prevenção e promoção da saúde, em cenários onde as universidades públicas carecem cada vez mais de políticas que contemplem o seu público, que gradativamente passa a refletir uma realidade social mais ampla, conforme pesquisas citadas, devem ter por objetivo garantir um ambiente acessível e de acolhimento, de participação e diversidade, de maneira a garantir que toda forma de injustiça sejam reparadas. Contribuindo assim, para a redução dos índices de evasão e retenção em seus diversos cursos, e para oportunizar uma melhor trajetória acadêmica de seu corpo discente.

Conforme dados percentuais apresentados em um questionário de percepção dos participantes do PEL, verifica-se que ações para além da bolsificação têm gerado resultados satisfatórios que vão ao encontro dos indicadores sinalizados em pesquisas recentes, como a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, a qual sinaliza fatores que comprometem a trajetória acadêmica e que, consequentemente, impactam diretamente na permanência do estudante no ambiente universitário, como os índices de ansiedade e do estresse na saúde mental, bem como do sedentarismo na saúde física (ANDIFES, 2019).

Finalmente, a recente Política de Assistência Estudantil da UFRJ está fundamentada em ações mais amplas e que abarcam outros elementos para além das questões materiais, na tentativa de promover espaços que favoreçam a escuta, o acolhimento, a socialização, a

afiliação ao universo acadêmico, o acesso aos equipamentos esportivos e culturais, dentre outros. Para tanto, a assistência e permanência estudantil precisa ter um espaço permanente na agenda da Administração Central da UFRJ no sentido de garantia de estrutura física e recursos materiais e financeiros para a implementação, a consolidação e a ampliação de programas e projetos dessa natureza.

## Referências

ALVES, A. J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, (77), 53-61, maio 1991.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Biblioteca\\_071\\_Plano\\_Nacional\\_de\\_Assistencia\\_Estudantil\\_da\\_Andifes\\_completo.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf).

\_\_\_\_\_. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconomo%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BERNADO, E da S.; SILVA, B. M. A implementação de uma política pública de educação - o Programa Mais Educação sob o olhar dos coordenadores do PME e oficinairos. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.14542.006>

BRASIL (2007). **PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234/2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Presidência da República, Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm).

DIVISÃO DE ESPORTE, CULTURA E LAZER. **Pró-reitoria de Políticas Estudantis**, 04 abril, 2020. Disponível em <<http://politicasesstudantis.ufrj.br/index.php/esporte-e-cultura>>

DUTRA N.G.R.; SANTOS M.F.S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/10923/5137>

LIPSKY, M. **Burocracia em nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. ENAP, 430p. 2019. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4158>>

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302006000100003>

MAINARDES, J; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000100015>

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 2004.

NASCIMENTO, C. M. A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade**, v. 23, n. 53, p. 88-103, 2014. Disponível em <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1901338914.pdf>

Pró-reitoria de Políticas Estudantis/UFRJ. 2019. **Relatórios de Gestão**. Disponível em: <http://politicasesstudantis.ufrj.br/index.php/transparencia/relatorios-de-gestao>

SILVA, B. M.; FERNANDES, L. S. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRJ: A EXPERIÊNCIA NO CAMPO DO ESPORTE E DA CULTURA. In: **XXVIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**, 2017, João Pessoa - PB. Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação: Estado, Políticas e gestão da educação: Tensões e agendas em (des)construção. Brasília: Biblioteca ANPAE, 2017. v. 45. p. 1477-1601. ISSN 1677.3802.

SUPEREST. 2013. **Apresentação da implantação à institucionalização**: consolidando a Superintendência Geral de Políticas Estudantis da UFRJ. Disponível em: [http://politicasesstudantis.ufrj.br/images/RELAT%C3%93RIO\\_DE\\_GEST%C3%83O\\_2013.pdf](http://politicasesstudantis.ufrj.br/images/RELAT%C3%93RIO_DE_GEST%C3%83O_2013.pdf)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/UFRJ. **Missão**. Rio de Janeiro, RJ. 2006. Disponível em: <https://ufrj.br/missao>.

\_\_\_\_\_. **UFRJ cria Pró-reitoria de Políticas Estudantis.** Rio de Janeiro, RJ. 2018. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2018/03/09/ufrj-cria-pro-reitoria-de-politicas-estudantis>.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino de Graduação. **Resolução nº 01, de 27 de fevereiro de 2008.** Normas de Concessão e Renovação de Auxílio ao Estudante. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: [https://graduacao.ufrj.br/images/\\_PR-1/CEG/Resolucoes/2000-2009/RESCEG-2008\\_01.pdf](https://graduacao.ufrj.br/images/_PR-1/CEG/Resolucoes/2000-2009/RESCEG-2008_01.pdf).

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Resolução nº 02, de 14 de fevereiro de 2019.** Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019a. Disponível em: [http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao\\_n\\_02\\_de\\_2019.pdf](http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao_n_02_de_2019.pdf).

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Políticas Estudantis. **Portaria nº 6296, de 27 de junho de 2019.** Dispõe sobre o Programa Esporte e Lazer, da Pró-reitoria de Políticas Estudantis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019b. Disponível em: <http://siarq.ufrj.br/images/bufrj/2019/26-2019-extraordinrio.pdf>.